## 'Pautas-bombas' são desafio a mais para equilíbrio de contas

S em emendas parlamen-tares para liberar, devi-do à legislação eleitoral, o governo terá pela frente um semestre ainda mais desafi-ador no Congresso Nacio-nal, na missão de equilibrar as contas públicas e evitar as contas públicas e evitar avanço de pautas com im-pactos sobre os cofres do Te-souro Nacional. Atéo fim do ano, a gestão de Luiz Inácio souro Nacional. Até o fim do ano, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva precisa consolidar a regulamentação da Reforma Tributária, aprovar mudanças sobre regras no Orçamento, evitar o avanço de medidas com impacto fiscal e, ao mesmo tempo, acelerar projetos que possam impulsionar a arrecadação.

Além disso, háum entendimento cada vez maior no Congresso de que será difícil

mento cada vez maior no Congresso de que será dificil avançar em pautas de aumento de arrecadação. Entre as "pautas-bombas" que o Executivo tenta barrar no Congresso está a chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) do quinquênio, que beneficia as carreiras do Judiciário, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCI) do Senado. O governo prevê um im-

e Justiça (CCJ) do Senado. O governo prevê um impacto que pode chegar a R\$ 42 bilhões por ano com essa PEC. Há divergências sobre o valor, que depende ainda de quais categorias serão in-cluídas ao fim da tramitação e se aposentados também serão beneficiados. A PEC prevê um aumento de 5% do salário, a cada cinco anos, para integrantes do Poder Iddiciário e outras categori-Judiciário e outras categori-as relacionadas à Justiça.

as relacionadas à Justiça.
Para barrar essa medida,
uma das estratégias será contar com o apoio do presidentedo Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é o autor
da PEC. Pacheco "tirou o pé
do acelerador" após críticas
da sociedade à proposta.

### **DÍVIDA DOS ESTADOS**

DÍVIDA DOS ESTADOS
Pacheco, por outro lado, é o principal patrocinador, além de autor, do projeto de renegociação da dívida dos estados, pivô de desentendimentos entre o senador e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana que antecedeu o recesso parlamentar. Para o chefe da equipe econômica, é preciso fazer ajustes, e o governo terá de negociar mudanças não apenas com parlamentares, mas com os governadores, diretamente interessados na proposta.

O projeto de Pacheco "tro-

# RISCOS ADIANTE **NO SEMESTRE**

Sem 'munição', governo terá de enfrentar Congresso hostil para equilibrar contas públicas



Sem margem. Em razão da legislação eleitoral, o governo não poderá negociar com o Congresso com liberação de emendas parlamentares

ca" os juros reais da dívida de estados, de 4% ao ano, por investimentos em áreas como educação e segurança. Essa redução dos juros depende ainda da venda de ativos dos estados. No Ministério da Fazenda,

No Ministerio da Fazenda, o projeto não foi bem recebido, e técnicos falam em tentar barnar o texto. Por outro 
lado, nos estados, secretários 
de Fazenda defendem ajustes no projeto para torná-lo 
mais atraente aos demais entes federativos endividados. tes federativos endividados, sem ativos a serem federalizados, como São Paulo.

zados, como São Paulo. A sugestão do Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz) é que a redu-ção de um até três pontos percentuais na taxa de ju-

ros possa ter uma contra-partida flexível, entre a entrega de ativos federalizados ou investimentos no estado. Isso porque a maio-ria dos estados não tem ati-

estados. Isso porque a maioria dos estados não tem ativos para federalizar.

— É preciso lidar com estados que não têm mais ativos.
O caminho mais atativo seria um abatimento maior
com investimentos, de até3%, sobrando apenas o pagamento de 1% ao fundo (um
fundode equalização para estados com poucas dividas),
além do IPCA — afirmo u o
presidente do Comsefaz e secretário de Fazenda do Rio
Grande do Norte, Carlos
Eduardo Xavier.

Nas preocupações da
equipe econômica, há tam-

bém projetos em tramitação que podem engessar o Orçamento do governo, alguns deles vindo de integrantes do próprio Executivo — como é o caso da proposta de-fendida pelo ministro da Defesa, José Múcio Montei-Detesa, José Mucio Montei-ro, que prevê o aumento gra-dual do percentual do Orça-mento destinado pelo go-verno às Forças Armadas, de 1,2% para 2% do PIB.

## SESSÕES ADIADAS

Para conter rombos maio-Para conter rombos maio-res, o governo pretende rea-lizar sessões conjuntas do Congresso (com senadores e deputados juntos), apenas após as eleições, no fim de outubro. Há na pauta vetos que, se derrubados, podem

provocar impacto econômi-co, como as decisões do go-verno relacionadas à Lei Ge-

co, como as decisoes do go-verno relacionadas à Lei Ge-ral do Esporte. São repasses financeiros e isenções tri-butárias que ainda serão analisados pelo Congresso. O governo também terá de lutar contra a vontade dos congressistas de inflar ainda mais a fatia do Orçamento capturada pelas emendas parlamentares, atualmente no patamar de R\$ 50 lihões. O governo enviou em abril a previsão para as contas públi-cas no ano que vem, com uma reservade R\$ 39 (bilhões pa-ra emendas parlamentares. No entanto, já há movimen-tações paras e repetir o recor-de deste ano, corrigido pela inflação.

O Executivo busca zerar o déficit em 2025 e promover ajustes estruturais no Orçamento. A equipe econômica estuda ainda reformular a Desvinculação das Receitas du Inião (DRU), o que necessariamente implica elaboração e aprovação de uma PEC no Congresso. O texto aprovado permite ao governo usar livremente 30% das receitas que hoje são destinadas, por determinação constitucional ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicas. Isso não necessariamente reduz os gastos dessas descriptos desputas te reduz os gastos dessas áreas, mas facilita a gestão do caixa do governo.

#### AUTONOMIADOBC

AUTONOMIADOBC
Uma proposta que o governo
tentará segurar (ou alterar)
no começo do segundo semestre é a PEC que dá autonomia orçamentária ao Banco Central. O texto quase foi co Central. C texto quase foi aprovado no último dia de trabalho legislativo, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, mas a votação foi adiada após articulações nos bastidores do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP), e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Haddad teme o modelo jurídico proposto no projeto,

rídico proposto no projeto que transformaria o BC de que transformaria o BC de autarquia em empresa pública. Há receio de impacto primário caso a autoridade monetária registre prejuízo. O governo apresentou uma contraproposta em que o BC continuaria a ser uma autarquia de natureza especial, sem subordinação a ministérios, mas poderia incluir no orçamento da autoridade monetária, iá separado do monetária, já separado do Orçamento Geral da União, Orçamento Geral da Uniao, despesas de pessoal, investimento, funcionamento, meio circulante e custeio do Proagro, seguindo diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN).

 —O governo até topa uma mediação nessa PEC, porque acreditamos que nem no mercado tem consenso ainmercado tem consenso ain-da sobre o texto, então pode-mos construir diálogo —afir-mou o líder do governo no Congresso, senador Randol-fe Rodrigues (PT-AP). Outro desafio, ainda no Senado, será dar celeridade à Reforma Tributária. O go-verno queria que o projeto

verno queria que o projeto tramitasse com urgência na Casa, porém líderes pedi-ram a retirada da priorida-de. O relator, senador Eduram a retirada da priorida-de. O relator, senador Edu-ardo Braga (MDB-AM), quer realizar audiências e, se houver mudanças signifi-cativas, o texto ainda deverá voltar à Câmara.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 11